

Requer a realização de Audiência Pública para debater o acolhimento às mães e familiares das vítimas e/ou sobreviventes de ações violentas do Estado e discussão do PL nº 2999/2022.

Senhora Presidenta, com amparo no art. 58 § 2º, inciso II da Constituição Federal, e na forma dos artigos 24, III e 255 do Regimento Interno desta Casa, requeiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública para debater o acolhimento às mães e familiares das vítimas e/ou sobreviventes de ações violentas do Estado e discussão do PL nº 2999/2022.

Requeiro que sejam convidadas para debater o tema as pessoas e representantes dos órgãos indicados a seguir:

- I. Débora Maria da Silva - Fundadora do Movimento das Mães de Maio;
- II. Edna Carla Souza Cavalcante - Movimento Mães da Periferia do Ceará;
- III. Ana Paula de Oliveira - Movimento das Mães de Manguinhos (RJ)
- IV. Ruth Silva Santos - Movimento Mães de Maio do Nordeste;
- V. Antônia Assunção da Silva - Movimento Mães do Amazonas;



VI. Zilda Maria de Paula - Movimento Mães de Osasco SP;

VII. Thayná Yaredy, Gabriel Sampaio e Carolina Diniz - Conectas Direitos Humanos;

VIII. Fernanda Balera - Defensoria Pública do Estado de São Paulo;

IX. Flávio Dino - Ministro da Justiça e Segurança Pública; e

X. Silvio Luiz de Almeida - Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania.

JUSTIFICATIVA

Considerando que os aspectos de acolhimento e suporte às mães de vítimas e/ou sobreviventes das violências do Estado é um determinante do Estado Democrático de Direito que esteja a serviço do povo brasileiro. Nesse sentido, deve-se incidir nos impactos da violência policial em relação às mães e familiares de vítimas, garantindo-lhes suporte institucional integral e multidisciplinar, bem como reparar, coibir e prevenir esta forma de violência contra às crianças, adolescentes e jovens do nosso país. Por isso, consideramos de suma relevância assumir a responsabilidade política de discutir os impactos da violência sobre quem luta por reparação, justiça e suporte.

Esta proposição também destina-se a discutir o Projeto de Lei nº 2999/2022 que dispõe sobre a Criação da “Lei Mães de Maio” que estabelece um Programa de Enfrentamento aos impactos da violência institucional e revitimização de mães e familiares das vítimas e/ou vítimas sobreviventes de ações violentas, por meio da atenção social integral. Projeto este de suma importância para avançar numa discussão pública transversal e interseccional dos efeitos da violência do Estado sobre às mães e famílias e da responsabilidade do Estado em garantir uma estrutura de apoio às mães.



Nesse contexto, solicitamos Audiência Pública para discutir as diretrizes e possibilidades de acompanhamento, suporte e acolhimento das mães e familiares de pessoas vítimas e/ou sobreviventes à violência do Estado, principalmente, em razão do assunto ser de extrema importância para o combate ao racismo, à violência e na construção de políticas de direitos humanos destinados às pessoas nas periferias, nas favelas e nos diversos territórios vulnerabilizados;

Assim, as organizações e movimentos sociais citados no presente requerimento, solicitam a escuta, o suporte das constantes denúncias feitas pelas mães e familiares que perderam entes queridos para a violência, ações para proteger as pessoas e os territórios que se encontram em vulnerabilidade e estão sendo marginalizadas pela sociedade.

Estas são as razões pelos quais sugerimos realizar a presente Reunião de Audiência Pública. Contamos com os nobres Pares para a aprovação da propositura.

Sala da Comissão, em 18 de abril de 2023.

Deputada ERIKA HILTON – PSOL/SP

